

PONTIFÍCIA UNIVERDADE CATÓLICA PUC-SP

ARIANE SANTOS DE MOURA

A CULTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE PAULISTA:
DISCUSSÃO CRÍTICA DE SEUS SIGNIFICADOS

São Paulo
2013

ARIANE SANTOS DE MOURA

A CULTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE PAULISTA:
DISCUSSÃO CRÍTICA DE SEUS SIGNIFICADOS

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Fundamentos de uma Educação para o Pensar da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), sob orientação da Professora Doutora Sonia A. Ignacio Silva.

São Paulo
2013

O essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridades e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia.

Paulo Freire



FONTE: Cândido Torquato Portinari.



Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo de Moura Barros e Maria dos Santos Moura, por terem contribuído em todo o meu processo de formação e ainda terem sido um exemplo de força, sabedoria e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado a oportunidade de frequentar este curso.

Aos meus pais Paulo de Moura Barros e Maria dos Santos Moura, por terem acreditado e contribuído para que este sonho se tornasse realidade.

À professora Dra. Sonia Ignacio, pelo incentivo, dedicação, além de suas orientações realizadas na construção e elaboração deste trabalho. E, ainda pela compreensão em meio aos momentos de dificuldades apresentadas durante o período de preparação desta pesquisa.

A todos os professores da pós-graduação por todo carinho, dedicação, entusiasmo e por terem contribuído no meu processo de formação.

Aos amigos da pós-graduação, pela amizade, pelo companheirismo, pelas angústias e superações por nós vividas. Por sempre ficarem ao meu lado durante os momentos mais difíceis durante o nosso processo de formação.

Ao noivo, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência, pelo apoio e por ficar sempre ao meu lado em todos os momentos de dificuldade durante a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho voltou-se à investigação da cultura da Educação Infantil na sociedade Paulista, buscando fazer uma discussão crítica de seus significados. Este estudo resulta da experiência profissional da pesquisadora, vivenciada como professora na rede pública de ensino, e repensada durante o período da formação de Pós-Graduação no curso de Fundamentos de uma Educação para o Pensar na PUC-SP. Esta reflexão representa, assim, uma tentativa de aproximação sistemática com o tema, e voltou-se à investigação da resignificação da Educação Infantil e o papel da família como contribuição significativa para o desenvolvimento integral das crianças. Teve como base o estudo da legislação vigente, como forma de compreender o amparo legal da Educação Infantil e se esse amparo realmente tem o olhar voltado para a Educação. Na organização da investigação, tivemos como objetivo geral discutir a importância da Educação Infantil na formação do indivíduo. Além disso, foram definidos como objetivos específicos: a) Caracterizar a Educação Infantil e o papel da família perante a criança; b) Analisar como a legislação fundamenta a Educação Infantil, identificando como esse segmento educacional tem sido tratado em nosso país; c) Discutir a importância da Educação Infantil na formação do indivíduo, numa tentativa de síntese. As informações discutidas neste trabalho foram extraídas da literatura existente sobre a Educação Infantil e da legislação em vigor sobre esse nível de ensino. Importante, também, esclarecer que tais informações foram confrontadas com a realidade presenciada e vivenciada pela pesquisadora, enquanto professora da Educação Infantil. Como conclusão deste estudo, pode-se afirmar que, no geral, há um distanciamento entre o que se espera e o que de fato vem acontecendo na realidade da Educação Infantil. Além disso, é possível também afirmar que vem se configurando uma falta progressiva de consideração e de trabalho especialmente com os valores intelectuais – referentes ao âmbito escolar propriamente dito – como também no que diz respeito aos valores sociais e familiares.

Palavras-chave: Educação Infantil, Legislação, Família.

ABSTRACT

The current work has been done to the investigation of the Childhood Education Culture on São Paulo's society, trying to do a critical discussion of your meanings. This work is a result of an experienced professional person, experienced as a teacher in Public Schools and re-thought in the period of Post-Graduation attributes in the course of Foundation of Education for the Thinking in PUC-SP. This reflection represents real thoughts, trying to get closed carefully with the theme, and did the investigation of reframing the Childhood Education and the Family support as contribution to the development of our kids. The main base for it, was the Study of the current Laws, as a way to understand the legal shelter of the Childhood Education and if this shelter is really focused for the education. In the organization of the investigation, we had as general priority discuss the importance of the Childhood Education for the formation of it. Besides that, it was defined as specific objectives: a) Characterize the Childhood Education and the Family support under the child; b) Analyze how the Laws works closely with the Childhood Education, identifying how this educational segment has been treated in our country; c) Discuss the importance of the Childhood Education in the formation of our kids. The information that has been discussed in this work was gotten from the existing literature about the Childhood Education and from the current Law about this level of teaching. It's also important to point, that some information were confronted with the reality faced by the researcher, as a Teacher of Childhood Education. The conclusion of this study can be confirmed that in general, there's a large distance between what waits and the facts that has been going on in the reality of the Childhood Education. Besides. It's also possible to confirm that we can realize the less of consideration and work, especially with the intellectual values – related to the school – as also the respect to the social and family values.

Keywords: Childhood Education, Laws, Family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A FAMÍLIA E SEU PAPEL PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA...15	
CAPÍTULO 2 - COMO A EDUCAÇÃO INFANTIL TEM SIDO TRATADA EM NOSSO PAÍS: A QUESTÃO LEGAL	24
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma experiência profissional vivenciada na rede pública de ensino, e repensada durante o período da minha formação no curso de Pós-Graduação em Fundamentos de uma Educação para o Pensar na PUC-SP.

O foco desta experiência, plena de angústia, se deve à importância que a educação infantil tem e/ou deveria ter em nossa sociedade. Durante o meu trabalho na rede venho presenciando a perda de direitos da Educação Infantil. Então, surgiu o questionamento referente à transformação de creche para CEI (Centro de Educação Infantil). Isto representa uma mudança significativa ou só mudou a nomenclatura? Como as creches foram ganhando direitos e caminhando para a Educação? Será que esses direitos estão se diluindo?

O presente trabalho representa, assim, uma tentativa de aproximação sistemática com o tema, e volta-se à investigação da resignificação do papel da Educação Infantil e o papel da família como contribuição significativa para o desenvolvimento integral dessa criança. Teve como base, também, o respaldo legal como forma de compreender como essa Educação Infantil está amparada e se esse amparo realmente tem o olhar voltado para a Educação.

Durante o pouco tempo trabalhando em CEI (há quase três anos), venho presenciando a discussão de várias questões, sendo uma delas referente às férias coletivas no mês de janeiro e ao recesso escolar no meio do ano letivo. Essa discussão é um exemplo de que o CEI continua lutando pelo seu espaço na

educação. Embora tenham denominado como Centro de Educação Infantil, o que sugere a transformação da Creche para Educação, alguns dos direitos que a Educação Fundamental tem indicam que os CEIs ainda são tratados de forma diferente.

As férias, por exemplo, são um direito que a Educação Fundamental tem. Valorizando essa pausa como parte do processo ensino/aprendizagem se reconhece sua importância tanto para os alunos quanto para os professores. No entanto, essa importância ainda não está garantida para os CEIs, uma vez que as mães alegam que não tem onde deixar seus filhos neste período. Dessa forma, os CEIs acabam assumindo um papel assistencialista.

Essa discussão referente às férias e ao recesso foi levada para que o Tribunal de Justiça decidisse qual alternativa seria a melhor. De acordo com o SEDIN (Sindicato da Educação Infantil), foi postado em seu site que o Tribunal de Justiça mostrou-se contrário à posição das férias e do recesso nos CEIs.

Como foi amplamente divulgado pelo SEDIN, o Tribunal de Justiça decidiu, em Sessão de 26 de março de 2012, que todas as unidades de Educação Infantil devem permanecer abertas no período de férias de janeiro (30 dias) e durante o recesso de julho. Portanto, o Tribunal decidiu pelo fim das férias coletivas e recesso na Educação Infantil em todos os CEIs e EMEIs da cidade de São Paulo. (SEDIN, 2012).

Diante dessa posição do Tribunal de Justiça, levantou-se outro questionamento, qual seria o melhor órgão para tomar decisões referentes à Educação? A instituição escolar responde a Secretária de Educação. O que nos

faz pensar que não seria este o órgão responsável por pensar as questões legais da Educação? Afinal, o Tribunal de Justiça tem seu valor, mas as pessoas que são responsáveis pela decisão não possuem a formação específica. Podendo obter um olhar deturbado assumindo uma visão assistencialista com características que desconfiguram a Educação Infantil enquanto educação. No entanto, convém esclarecer que tal questão não será discutida neste trabalho por não fazer parte do objeto desta pesquisa.

Na organização da investigação, tivemos como objetivo geral discutir sobre a importância da Educação Infantil na formação do indivíduo. Além disso, foram definidos como objetivos específicos: a) Caracterizar a Educação Infantil e o papel da família perante a criança; b) Analisar como a legislação fundamenta a Educação Infantil, identificando como a mesma tem sido tratada em nosso país; c) Discutir sobre a importância da Educação Infantil na formação do indivíduo, numa tentativa de síntese.

Algumas etapas foram seguidas no desenvolvimento do trabalho. Inicialmente buscamos a literatura existente sobre o tema proposto, principalmente as produções que discutem a importância da Educação Infantil no processo de desenvolvimento da criança, além de abordar, também, a questão legal, a partir de documentos referentes ao tema de pesquisa. A outra etapa, pode-se dizer, consistiu no movimento de exemplificar minha própria experiência profissional contrapondo com a literatura existente.

Pretende-se com esta pesquisa oferecer elementos reflexivos que possibilitem uma análise mais aprofundada, tanto dos docentes, quanto dos pais e da sociedade sobre como a Educação Infantil precisa ser percebida enquanto

Educação e não simplesmente assistencialismo, o que não exclui a importância do cuidado com os alunos, uma vez que a idade deles necessita de tais cuidados. Mas, a Educação Infantil fazendo parte real da Educação, e não somente em termos de nomenclatura, contribui decisivamente para a formação inicial desses alunos.

No primeiro capítulo, *A família e seu papel para a formação da criança*, procurou-se abordar o papel da família no processo de formação da criança. Será discutido, ainda neste capítulo, a dicotomia entre educação familiar versus educação escolar, entre a família idealizada e a real. E, em meio a todo esse caos de mudança da estrutura familiar nuclear, como fica o papel da escola dentro dessa nova sociedade.

O segundo capítulo foi desenvolvido sobre o tema: *Como a Educação Infantil tem sido tratada em nosso país: A questão legal*. Procurou-se ver como a antiga creche, sempre através de embasamento legal, foi entrando para a Educação. Durante essa discussão buscamos compreender se de fato podemos considerá-la como integrante da Educação. O fato de estar estabelecido, na legislação, que é parte integrante da Educação, não significa, necessariamente, que seja encarada como tal. Serão tratadas, também neste capítulo, as conquistas sindicais que essa categoria busca nos dias atuais.

Não há como se discutir esse assunto se não compreendermos de fato o que trata essa fase da Educação. Por isso, no terceiro capítulo, *A importância da Educação Infantil na formação do indivíduo*, a intenção foi discutir a presença dos valores no trabalho com este segmento da educação escolar, trazendo como

base minhas experiências profissionais como forma de exemplificar esse processo.

Nas considerações finais buscamos resgatar os objetivos propostos neste trabalho, fazendo uma análise de modo a fechar, não definitivamente, o que foi discutido nos capítulos desta monografia.

CAPÍTULO 1

A FAMÍLIA E SEU PAPEL PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Primeiramente devemos retomar qual seria o significado de família. É muito comum pensarmos em uma família idealizada, assim como é mostrado em propagandas de comerciais de margarina, somente como exemplo. Contudo, essa família branca de classe média onde os integrantes são sempre pai, mãe e um casal de filhos, em que o pai é o provedor e a mãe a “Dona do Lar”, na atualidade pode ser considerada um tanto quanto rara.

Hoje, família assume um caráter peculiar. É bastante comum termos pai e mãe atuando no mercado de trabalho, nem sempre pai e mãe são casados e moram no mesmo lar, os filhos frequentemente são criados por avós... Enfim, no nosso contexto social a compreensão sobre família tomou um significado ainda mais complexo.

Mesmo o dicionário Michaelis (1998, p. 539) considera como significado de família: “Pessoas do mesmo sangue, que vivem ou não em comum”. Mesmo não exemplificando famílias adotivas em que não temos o laço sanguíneo, ainda assim o dicionário assumiu um caráter inovador e mais real, perto do significado ideal que tentamos considerar a qualquer custo.

Essa complexidade familiar já vem instigando alguns pesquisadores. Não muito diferente, no dia 16 de agosto de 2013, no globo repórter, da rede globo de

televisão, foram mostrados casos de diferentes estruturas familiares: homossexuais brigando judicialmente pelo direito de adotar um filho. Casal que optou por não ter filhos, mas, ajuda na criação de seus afilhados. Famílias em que o casal se separou, no entanto, agregaram seus novos parceiros e os antigos na constituição da nova família. Casais que estão juntos, mas preferiram morar em casas separadas etc. Contudo, é importante ressaltar que neste programa foram mostradas diferentes formas de constituição familiar, mas mostraram especialmente exemplos que deram certo. E na realidade escolar, podemos presenciar que as famílias que dão certo, mesmo com sua constituição diversa, estão também se tornando raras.

A primeira definição de família aqui citada é um modelo idealizado, mas, sobre isso, vejamos o que expressa Szymanski (2000):

Por constituir-se um parâmetro, qualquer desvio do modelo é considerado uma condição ameaçadora da ordem e potencialmente danosa. A família está integrada em um arranjo social e cultural que atende aos interesses de uma dada sociedade. Qualquer mudança nessa instituição de base – que tem a missão de ser a primeira agência socializadora a transmitir a cultura para os membros jovens – acaba por atingir as demais instituições, que se vêem diante da ameaça de mudança. Tenta-se passar a idéia de que as mudanças na família podem trazer o caos social e lança-se uma cortina de fumaça nas reais causas da desagregação moral de nossa sociedade, atribuindo-a ao afastamento do modelo nuclear e às transformações na condição de vida das mulheres. (SZYMANSKI, 2000, p. 17).

A mesma autora defende a família como parte fundamental para a formação da criança. A família é a base para que a criança consiga superar os desafios que lhe são apresentados. “O ambiente familiar é propício para oferecer inúmeras atividades que envolvam a criança numa ação intencional, numa situação de trocas intersubjetivas que vão se tornando mais complexas, ou envolvendo mais intencionalidades, numa perspectiva temporal” (SZYMANSKI, 2000, p. 19).

De acordo com Tereciani (2008):

Estudos na área da Psicologia (Pourtois e Desmet, 1989) consideram a personalidade e o comportamento educativo dos pais como determinantes do desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo dos filhos. No âmbito da sociologia, o nível cultural dos pais, seu código sociolingüístico, a estruturação familiar e a interação da mãe com a criança são fatores que podem influenciar no sucesso escolar (TERECIANI, 2008, p.30).

A mesma autora compreende a importância do ambiente escolar para a socialização e completa, ainda, defendendo que o âmbito familiar também insere a criança nessa socialização, influenciando no seu processo de ensino-aprendizagem. Durante essa socialização “são os pais que decidem a forma como se processa o ensino-aprendizagem de seus filhos de acordo com a cultura e o meio em que vivem” (TERECIANI, 2008, p. 30).

A família desempenha um papel fundamental, pois, é através dela que a criança será inserida no mundo ao seu redor. A creche é um dos contextos onde um número bastante expressivo de crianças

pequenas passa grande parte de seu tempo, a qualidade de seus serviços e o atendimento às comunidades carentes é cada vez mais discutido. (TERECIANI, 2008, p. 32).

Szymanski (2000), por sua vez, compreende que é papel da família propor práticas educativas:

Práticas educativas familiares aqui são entendidas como ações contínuas e habituais realizadas nas trocas interpessoais pelos mais velhos em relação às crianças e adolescentes, com a finalidade de transmitir saberes, práticas e hábitos sociais, trazendo uma compreensão e uma proposta de ser no mundo com o outro. Trata-se da transmissão de uma herança cultural que possibilita a inserção da criança no mundo social mais amplo, para torná-la apta a atuar nele, considerando sua realidade social e histórica. (SZYMANSKI, 2000, p. 19).

Ela esclarece, ainda, que entende práticas educativas como ato que envolve conhecimentos e saberes mesmo que estes não entrem no grupo de conhecimento sistematizado como aqueles organizados dentro das instituições de ensino. Ela fala também sobre a importância de perceber a família com esse papel educativo.

Um olhar educativo para a família sugere que as práticas podem ser aprendidas e/ou modificadas segundo uma proposta educacional, e que os pais, enquanto educadores, podem ser sujeitos de um programa de formação. Este seria um serviço importante a ser oferecido às famílias, já que se cobra tanto sua participação na educação das crianças e jovens e seu

envolvimento em outras instituições educativas, principalmente a escola. (SZYMANSKI, 2000, p. 19).

Com base nos padrões de família estipulados por uma sociedade que se recusa a aceitar as diversidades existentes quanto ao conceito de família, temos no mundo educacional, seja no corpo docente e/ou diretivo, a justificação de que todo o mau desenvolvimento dos alunos se deve única e exclusivamente à depreciação familiar.

É evidente a importância que a família tem no processo de desenvolvimento da criança. No entanto, não podemos cair no senso comum, ou seja, pela ausência de uma análise aprofundada considerar que as famílias são as únicas responsáveis por todo o lado negativo que acontece no desenvolvimento infantil. Sobre isso, Silva, Silva e Pasuch (2012) afirmam que:

É comum ouvirmos avaliações negativas de professores(as) sobre as famílias. Muitas vezes, afirmamos que a família não está preocupada se o filho aprende ou não; que ela está apenas interessada em saber se o filho se alimenta bem na creche/pré-escola; que os aspectos pedagógicos não importam para a família. Ou, que a família contemporânea já não sabe colocar limites aos filhos; que as famílias das crianças têm problemas em suas dinâmicas. (SILVA, SILVA e PASUCH, 2012, p. 212).

Mas, ao evitar culpabilizar somente a família pelo fracasso educacional, não estaria a escola acabando por assumir toda essa problemática? Uma vez isso sendo feito, será que conseguiríamos assumir toda a responsabilidade de educar

esse sujeito integralmente, assumindo os papéis de família e escola? Pela experiência educacional e a realidade sendo apresentada diariamente a nós, através dos reflexos da sociedade, podemos claramente afirmar que a escola não dá conta sozinha.

Como profissionais da educação, temos que considerar toda a ambivalência que implica no desenvolvimento das capacidades do indivíduo e tentar extinguir toda nossa visão preconceituosa do que representa a família. Resumir toda a dificuldade da criança no simples fato dela não ter uma família dentro dos padrões criados pela sociedade, definitivamente não dá conta de toda sua especificidade.

Silva, Silva e Pasuch (2012) recomendam ainda que devemos, enquanto educadores, fazer o exercício de “[...] compreender o outro-família em sua dimensão concreta e não imaginária”. (SILVA, SILVA e PASUCH, 2012, p. 214). E, ainda, fazem sugestões de questionamentos importantes a se considerar quando se trata desse tema. “[...] Como vivem? Como educam seus filhos? Que práticas e saberes compõem seus universos materiais e simbólicos? Que lugar o bebê e a criança ocupam nesse universo?” (SILVA, SILVA e PASUCH, 2012, p. 214).

No entanto, no que se diz respeito aos direitos dos profissionais de educação infantil ainda estarem em discussão, devemos considerar os motivos pelos quais ainda estão nesse estágio. Ao levar em conta os direitos desse profissional estamos discutindo também sobre de quem é a responsabilidade de cuidar e de educar as crianças pequenas.

Essas concepções são também permeadas pelo imaginário da idade ideal para a criança estar em uma instituição educacional. Durante muito tempo, acreditamos que a educação de crianças bem pequenas era responsabilidade quase que exclusivamente da família, principalmente da mulher. Se centrarmos tudo na família, particularmente a mãe, tendemos a considerar que, quanto mais adiarmos a entrada da criança na creche/pré-escola, melhor será. Ao contrário, se acreditamos que a Educação pública e coletivizada é importante, desenvolvemos formas de inserção da criança nas práticas sociais e educativas criadas por nossos grupos, dentre elas, a creche/pré-escola. Quando consideramos a faixa etária que compõe a Educação Infantil, nossas concepções revelam práticas culturais e opções diferenciadas para as crianças ao longo dessa faixa. (SILVA, SILVA e PASUCH, 2012, p. 216).

No trecho acima, podemos perceber não somente a dificuldade de se estabelecer o que é papel da família e qual o papel das instituições de educação. Mas, podemos perceber também uma dificuldade alarmante em se estabelecer **o que é educação** para as famílias e **o que é educação** para as instituições. O conceito de educação ainda não está totalmente claro em nossa sociedade, dificultando qualquer processo de conscientização do papel dos profissionais da educação.

Contudo, é importante ressaltarmos que hoje se discute muito sobre educação de qualidade. No entanto, é impossível pensarmos no significado integral dessa proposta se não tivermos a família junto ao trabalho pedagógico.

Vivemos em uma sociedade onde os valores constantemente são distorcidos. As pessoas se chocam, mas torna-se cada vez mais comum em noticiários, a extrema dificuldade de se entender e lidar com problemas familiares.

São filhos matando pais e vice-versa. O choque das pessoas, com essas notícias, é o ponto chave para repensarmos valores éticos, repensar sobre o caos social. A família se faz importante não somente na formação da identidade do indivíduo, mas se faz fundamental, também, na construção da sociedade.

Tomando consciência das diferentes estruturas familiares é de extrema importância resignificar essa família. E uma Gestão Democrática pode contribuir para essa resignificação, onde muitas vezes não sabe qual caminho seguir.

Ferreira (2009) defende que a escola não deve chamar a família somente quando tem problemas com as crianças, mas deve estar disposta a ouvir e integrar essa família com a escola em diferentes projetos escolares como: “projetos, festas, desfiles escolares, etc”. (FERREIRA, 2009, p. 2).

FERREIRA (Idem) defende sua ideia complementando:

[...] a escola por sua maior aproximação às famílias constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreçam um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade. (FERREIRA, 2009, p. 2).

Podemos perceber que trazer essa família para se envolver com atividades da comunidade escolar, pode contribuir para o envolvimento dos mesmos com seus filhos e a escola, de forma a reassumir assim seu comprometimento com a educação de seus filhos.

Com base em experiências vividas com a escola, percebo o quanto essa situação é conflituosa. Ao mesmo tempo em que diretores podem até se mostrar a favor dessa prática em que a comunidade familiar se faz presente é evidente a dificuldade dos mesmos para realizar essa prática. Muitos defendem que ao abrir a escola dessa forma, ela estará se abrindo também para realidades bastante comuns em cidade grande, como a falta de segurança. Não podemos simplesmente ignorar este fator, no entanto é possível também considerar que conseguindo fazer com que essas famílias compreendam sua importância para seus filhos, não teria porque os mesmos degradarem um ambiente que se faz necessário para a inserção formal de educação de seus filhos.

Nossos contextos, social e familiar, são adversos e não podemos meramente ignorar fatores existentes. Contudo, é fundamental não somente olhar ou criticar o alvo mais fácil ou frágil, mas é preciso estabelecer metas e colocá-las em práticas, buscando não abraçar todos os problemas eternamente, e sim, construir uma educação libertadora.

O próximo capítulo objetiva discutir criticamente, através de embasamentos legais, com vistas a se compreender como a Educação Infantil tem sido tratada em nosso país. Afinal, quais têm sido as lutas travadas pela área? Quais conquistas tiveram e o que ainda buscam para melhorar o caráter educacional? Quais são suas verdadeiras especificidades?

Vamos buscar responder esses e outros questionamentos a seguir.

CAPÍTULO 2

Como a Educação Infantil tem sido tratada em nosso País: a questão legal



FONTE: Bruno Santos / Terra

Essa imagem foi tirada da última greve de professores da rede municipal de São Paulo em maio de 2013. Mas, antes de falarmos sobre as atuais discussões da Educação se faz necessário compreendermos sobre a origem da Educação Infantil e tentarmos descobrir quais foram nossas conquistas e desconquistas neste campo.

De acordo com Cortes a palavra creche originou-se na França e significa manjedoura e foi usada para denominar a primeira instituição que cuidava de crianças. A coleção Proinfantil (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil) descreve claramente como foi o surgimento

dessa instituição no Brasil, afirmando que a creche é uma herança do Brasil republicano.

A creche é uma instituição do Brasil república. Moysés Kuhlmann Jr., pesquisador brasileiro, relata que a primeira creche surgiu ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado, em 1899, no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro deu início a uma rede assistencial que se espalhou por muitos lugares do Brasil (BARRETO, 2005, p. 20).

Ainda neste texto, esclarece-se que foi em 1919 que deu início a uma nova percepção da instituição creche, mas esse novo conceito agravava ainda mais a visão de assistencialismo.

Quando, em 1919, Moncorvo Filho fundou o Departamento da Criança no Brasil, espalhou-se a idéia de que a assistência poderia ser científica também e, com isso, resolver problemas ligados a pobreza com base no conjunto de conhecimentos mais adiantados que circulavam naquele contexto. Na verdade, o que se viu foi a utilização dos argumentos médicos e psicológicos de uma forma bastante preconceituosa contra crianças pobres. Como isso acontecia? Isso acontecia à medida que os homens que falavam em nome da ciência divulgavam a idéia de que os pobres, se não fossem disciplinados e amparados, fatalmente entrariam no mundo do crime ou da vadiagem (BARRETO, 2005, p. 20).

Em 1961, foi aprovada pelo congresso a lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que representou uma nova estruturação para a nossa educação. “No texto

dessa lei, a criança de 0 a 6 anos de idade aparece como dona do direito a receber educação, especialmente em escolas maternais e nos jardins-de-infância” (BARRETO, 2005, p. 22).

Em 1971, entrou em vigor uma nova lei, a lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Aqui é necessário analisar o contexto político da época marcado pela Ditadura Militar. Nesse período, era fundamental manter a classe popular dependendo do governo e não seria interessante fornecer uma educação que tornasse o sujeito crítico. Se for possível imaginar o período complicado para a educação brasileira, a educação infantil sofreu danos ainda maiores. Uma vez que já tinha um histórico no assistencialismo não podemos pensar que neste período a educação infantil seria vista como educação.

O que temos que comentar é que para a Educação Infantil essa lei foi uma tragédia, uma vez que ela praticamente retirou dos governos quaisquer obrigações escolares relacionadas às crianças pequenas. Para se ter uma noção da distância que o Estado tomou das suas obrigações em relação à questão, vamos ler um pequeno trecho da lei: - Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes (Lei nº 5.692/1971, art. 10, parágrafo 2º, capítulo II). (BARRETO, 2005, p. 23).

Ainda no mesmo documento há uma síntese histórica bastante interessante:

Historicamente, na maioria das vezes em que se comparou a ação das creches em relação à ação dos jardins-de-infância, foi possível perceber que por muito tempo a creche não foi considerada parte da história da educação, não só porque a lei não a reconhecia como parte do sistema educacional, mas também porque se consolidou a imagem da instituição voltada para dar assistência ao pobre (BARRETO, 2005, p. 27).

Foi a constituição de 1988 que trouxe o reconhecimento do direito da criança à creche e pré-escola, justificando assim as bases legais sobre as quais este trabalho estará sustentado.

Essas bases legais serão: a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases Nacional), PNE (Plano Nacional de Educação), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as normas que estabelecem a função do Professor de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo, colocado em edital no Diário Oficial de São Paulo em 6 de novembro de 2009.

A Constituição Federativa do Brasil, em seu capítulo II - Dos Direitos Sociais, em seu artigo 6º prevê: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E complementa em seu artigo 7º, XXV, que é direito social: “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”. Neste documento é fundamental observar o detalhe de que só é prevista a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, não havendo a mesma obrigatoriedade para a Educação Infantil.

Neste mesmo documento podemos perceber ainda, uma vez que ele foi revisto e alterado algumas vezes, ele continua denominando o ensino que atende alunos até os cinco anos como creches e pré-escolas.

Dentre as atribuições destinadas aos professores de Educação Infantil estabelecidas em edital do mais recente concurso da área, sendo estas direcionadas ao desenvolvimento educacional, foi referida em um item uma atribuição que chocou alguns professores.

IX. Responsabilizar-se pela estimulação, cuidado, observação, e orientação às crianças na aquisição de hábitos de higiene, bem como dar atendimento à necessidade de troca de fraldas, banho, escovação de dentes e demais procedimentos relativos à preservação da saúde. (DIÁRIO OFICIAL, 2009, p. 44).

O item que presenciei alguns profissionais da educação terem-se chocado, foi ser previsto em edital a questão do banho. Houve aqui o questionamento do que seria papel da família e qual seria papel da escola. Os alunos nos CEIs têm uma carga horária de 10 horas diárias. Isso nos faz refletir sobre o tempo que a família passa com essa criança. Se inclusive o banho que é um momento de troca, de aproximação com essa criança passa ser da escola, então, fica a pergunta: quem de fato se aproxima dessa criança é a família ou o professor que muitas vezes acompanha o aluno somente durante um ano letivo? Isso não poderia contribuir para uma perda de contato ainda maior da família com a criança? Por outro lado, se essa criança passa tantas horas na escola que momento sobra para a família?

A nossa LDB 9394/96 compreende a Educação como:

Da Educação

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, p. 1).

Segundo esta concepção, fica compreendida a abrangência do processo educacional, entendendo-se que educação integral não se faz somente no ambiente escolar, mas a partir da complexidade do entorno do educando.

Contudo, a instituição de educação infantil não pode ser vista, pela família, simplesmente como um lugar para deixar seus filhos enquanto os pais ou responsáveis saem para trabalhar. Compreendemos as dificuldades sociais dos dias atuais. No entanto, se faz necessário entender o espaço de educação infantil com a devida importância que ele tem.

Enfim, este trabalho com o embasamento teórico e documental aqui exposto sobre as questões relacionadas ao tema, foi proposto como uma reflexão que discute a complexidade da entrada e permanência da educação infantil para uma educação formal, com direitos e deveres, segundo nossa legislação e nossa realidade educacional.

Nesse âmbito temático, uma discussão bastante atual seria a questão das férias para os CEIs. No ano de 2007, depois de muito esforço, os CEIs conquistaram o direito a férias coletivas. Essa conquista foi concretizada a partir de janeiro de 2008.

No entanto, um grupo de mães, sentiu-se prejudicado com essa decisão e resolveu entrar com recurso na Defensoria Pública contra essa decisão sobre as férias. “A Defensoria Pública, atendendo ao grupo de mães, ingressou com ação pública para obrigar a Prefeitura a manter todas as unidades de educação infantil (CEIs e Emeis) funcionando todos os dias do ano [...]” (SINPEEM, 2012). Durante o período em que tramitava o processo, foram realizadas greves entre os professores, mobilizações que procuravam esclarecer a importância dessas férias para alunos, professores e até mesmo para atender as reformas necessárias nas escolas. Nesse período foi conseguido, junto ao Poder Executivo, que se mantivessem as férias e o recesso durante sua tramitação. Em 2012, foi aprovada a lei nº 15.625/12, publicada na página 01 do DOC de 20 de setembro. “[...] o calendário anual de atividade da Secretária Municipal de Educação passa a ter base legal e deve contemplar o período de FÉRIAS COLETIVAS em janeiro e de RECESSO em julho também para CEIs e Emeis” (SINPEEM, 2012).

Tal questionamento nos faz refletir sobre o espaço dos CEIs na Educação Infantil. Afinal, não temos essa problemática no Ensino Fundamental, Médio e Superior. Aqui, a grande questão é: Onde vamos deixar nossos filhos neste período? No entanto, como já foi dito, os alunos passam dez horas diárias nas escolas. Um adulto passa em média oito horas no serviço e chega em casa exausto. Deixando claro, para profissionais da área, o completo cansaço e estresse

desses alunos. Essa discussão através do Poder Público, no faz refletir sobre qual órgão seria mais apropriado para analisar essa questão.

No processo de construção deste trabalho, a Secretária Municipal de Educação de São Paulo, nos mandou o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento de Rede Municipal de Ensino de São Paulo, para uma análise e observação do mesmo. Este documento prevê algumas alterações nas estruturas de ensino de São Paulo.

A primeira observação a este documento é que fala pouquíssimo da área de Educação Infantil, mostrando assim que para esta nova concepção de Educação, continuamos com pouco espaço para a Educação Infantil. Neste documento tem-se como concepção de infância:

[...] A criança é participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando o seu entorno e sendo modificada por ele, sendo capaz de recriar, de ver o mundo com seus próprios olhos, de estabelecer múltiplas relações, de produzir cultura do grupo – as culturas infantis – por meio da expressão e manifestação nas diferentes linguagens e de diferentes linguagens e de diferentes modos de agir. (BRASIL. Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento de Rede Municipal de Ensino de São Paulo, 2013, p. 33).

Nesta concepção de infância podemos até pensarmos que neste documento os CEIs irão começar a ter o reconhecimento de Educação. Quando lemos o Currículo, mesmo que pequeno, essa expectativa aumentou. Mesmo que breve,

houve um reconhecimento das particularidades do aluno nessa faixa etária. Parte do documento diz:

Na Educação Infantil o desafio da reorientação curricular e da reestruturação organizacional se dá no desenvolvimento de uma proposta político-pedagógica integradora para a primeira infância, que contemple as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. O currículo se constitui na participação das crianças e das relações sociais e interações que estabelece com seus pares bem como os adultos com os quais convive. Nessas interações se apropriam de valores e atitudes próprias de seu tempo e espaço, e do patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas (...) devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira. (BRASIL. Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento de Rede Municipal de Ensino de São Paulo, 2013, p. 34).

No que se refere a avaliação nossa expectativa como profissionais da Educação Infantil aumentou ainda mais, por considerar as especificidades da faixa etária. No entanto, no que se refere a formação continuada dos profissionais na Educação Infantil o documento nos permite entender que se preocupará com a Educação Continuada destes profissionais no que se refere a termos práticos da “lida” do trabalho no seu dia-a-dia, não focando, assim uma Educação Continuada que valorize esse profissional como um ser reflexivo.

Na Educação Infantil a formação o educador o considerará como “observador participativo” que intervém para oferecer, em cada circunstância, os recursos necessários à atividade infantil, de forma a desafiar, promover interações, despertar a curiosidade, mediar conflitos, garantir realizações significativas e promover acesso à cultura, possibilitando que as crianças expressem a cultura infantil. (BRASIL. Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento de Rede Municipal de Ensino de São Paulo, 2013, p. 44).

É fundamental que este professor, assim como os das outras áreas de educação, seja reflexivo, tenha consciência de sua prática. Não se constrói Educação de outra maneira. A não valorização desse profissional nesses quesitos é o caminho contrário daquele que se considera ser o caminho da Educação.

No próximo capítulo “A importância da Educação Infantil na formação do indivíduo”, buscamos, como diz o próprio título, esclarecer a importância dessa área do conhecimento e ainda trazer experiências vividas como forma de aproximação e exemplificação desse tema.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO



FONTE: Brincadeiras de rapazes, Pieter Bruegel, 118 x 161 cm, Kunsthistorisches Museum, Viena.

Este quadro é muito conhecido no universo de educadores da Educação Infantil. Ele foi pintado em 1560, e é um retrato “de uma pequena aldeia, bem antiga, dos tempos medievais” (SANTA ROSA, 2001, p. 2). Com base nesse quadro, podemos identificar algumas brincadeiras que são realizadas até o nosso tempo, como o jogo do pião, pula-sela, cavalo-de-pau, dentre outros.

Muitos educadores acreditam que para a Educação Infantil ser valorizada como tal é necessário “escolarizar” essa educação com programas de currículo de antecipação à alfabetização, não percebendo que, assim, estão pulando uma etapa fundamental da criança que é o brincar.

No cotidiano dos CEIs, pelo menos nos quais pude vivenciar suas rotinas, é perceptível a valorização do espaço para o resgate de brincadeiras tradicionais, lúdicas... Mas, é frequente a fala de professores insatisfeitos com o próprio cargo, tendo como preferência as crianças maiores.

Torna-se quase palpável perceber que se sentem menos professores por não atuarem no ensino fundamental. Especialmente, se torna bastante visível essa característica quando é feita a atribuição de aulas. Os professores mais antigos (estes têm preferência na escolha de sala) não querem ter como salas os berçários I e II, as crianças menores. E na hora que lhes perguntam o porquê muitos dizem que não querem trocar fraldas e preferem deixar isso para quem não tem escolha, ou seja, os professores mais novos.

Alguns buscam diminuir essa angústia tentando aproximar as crianças o máximo possível da alfabetização. Aqueles alunos que chegam ao final do ano escrevendo o próprio nome conquistam um olhar de admiração maior desse professor. Cabe aqui lembrar que alunos que frequentam os CEIs possuem até 3 anos no máximo. Claro que devemos inserir esse aluno no mundo da literatura. Afinal, começamos a desenvolver o gosto por livros nessa faixa etária. No entanto, isso não significa colocá-los em uma cadeira por horas e fazer com que escrevam seus próprios nomes.

Defender a Educação Infantil, baseando-se somente em que estes alunos chegam ao Ensino Fundamental cognitivamente mais avançados, não é valorizar a Educação Infantil. É comum escutar professores falando “quando o aluno frequenta a Educação Infantil fica muito mais fácil de alfabetizar”. Como profissional da Educação reconheço de imediato essa importância da Educação

Infantil. Mas, acredito que resumir a importância da Educação Infantil somente a este fato seria provocar um reducionismo de seu real significado.

Autores defendem que uma Educação Infantil de qualidade pode contribuir na formação de um cidadão crítico e reflexivo. Contudo, essa preocupação com o vir a ser da criança, vista como o mini adulto, continua delimitando a sua significação.

A Educação Infantil precisa ter valor por si só. A criança que tem a oportunidade de vivenciá-la tem uma oportunidade única de viver experiências que não teria sem ela. A Educação Infantil é um espaço onde se pode brincar com a imaginação e criatividade. Para crianças que vivem em cidades grandes, onde os muros prevalecem como forma de minimizar uma realidade marginalizada, engolindo de imediato o espaço para o brincar, essa escola tem em seu espaço o valor para resgatar brincadeiras infantis tradicionais e sugerir novas, espaço para correr e brincar com a imaginação. Um mundo além dos videogames e televisores que hoje tendem a imperar na vida das pessoas. Essa escola dá importância a um mundo que nossa sociedade não percebe mais e não valoriza: o mundo da brincadeira em coletividade, das primeiras relações sociais e afetivas, além do universo familiar. A Educação Infantil de qualidade contribui, portanto, para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional-afetivo, mostrando-se muito mais ampla do que muitos pensam.

Essa etapa educacional apresenta elevado valor, uma vez que durante esse período da vida é formada a personalidade da criança, determinando fatores que influenciarão no adulto em que se tornará. Contudo, ainda não há considerável conhecimento e

valorização dessa etapa de ensino, tornando-se necessária a divulgação de seus benefícios e sua significativa colaboração na melhoria da qualidade de vida. (GOULART, 2010, p. 1).

Este esclarecimento de Goulart deixa fundamentada a dificuldade da Educação Infantil de ter sua importância reconhecida em nossa sociedade. Professores de Educação Infantil comumente são vistos, mesmo entre professores de outras áreas, como babás. Não que a babá não deva ser reconhecida pelo seu trabalho, mas o professor também deve ter seu reconhecimento enquanto tal. Este profissional prepara aulas, faz atividades planejadas, semanários etc. Tem seu olhar integralmente voltado para o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

Comumente se confunde o real papel da Educação Infantil. Obviamente a Educação Infantil, tem como sua especificidade o cuidar, principalmente no que se diz respeito aos CEIs que tem como alunos crianças de 0 a 3 anos.

É importante notar que uma das características dessa faixa etária é uma maior dependência, o que evidencia a importância do cuidar. Nesse sentido, tornam-se fundamentais cuidados tais como os hábitos de higiene e saúde, a alimentação adequada, o sono necessário, hábitos que, enfim, tem a ver com a vida dessas crianças, e representam os **valores vitais** que devem necessariamente ser considerados no trabalho com elas.

Mas, essas especificidades da idade não se resumem a todo o trabalho na educação infantil. O professor, além do cuidar, é também responsável pelo educar. Nesse sentido, existe o trabalho pedagógico que abarca as tarefas de

ensinar conteúdos, o desenvolvimento de habilidades que são indispensáveis ao aprendizado atual e futuro – na medida em que preparam a criança, também, para os níveis de ensino posteriores. Ora, todo esse trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores da educação infantil, tem a ver com os **valores do conhecimento**, com **valores intelectuais**. Especialmente as ações docentes obrigatoriamente consideram, ou devem considerar tais valores, no trabalho executado com essa faixa etária.

Além disso, há todo um trabalho social que visa preparar as crianças para o relacionamento com os outros, ajudando-as no desenvolvimento de comportamentos de respeito, cooperação, independência, criatividade etc. Este nível de trabalho está pautado em **valores éticos, morais e sociais**, extremamente importantes para o trabalho com essa faixa etária. Tais valores são em grande parte apreendidos e desenvolvidos através de brincadeiras, o que pode representar o grande vilão que ocasiona o não reconhecimento deste profissional da educação infantil.

As primeiras experiências da pessoa são as que deixam marcas. Segundo especialistas, podem ser fortemente responsáveis pela constituição da pessoa. Portanto, esse período da educação infantil pode contribuir para formação do ser, reforçando características positivas como “[...] autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade” (GOULART, 2010, p. 1). Ou pode, por outro lado, ser responsável por fortes “marcas” que abalarão essa constituição, impedindo a formação do sujeito em termos adequados e esperados.

Esperando que seja possível evitar isso e garantir a positividade do trabalho com as crianças da educação infantil, é que esta monografia foi pensada e escrita.

Que os professores deste nível de educação sejam bem preparados e valorizados em seu trabalho. Que a legislação sobre esse segmento seja fiel e adequada à melhoria constante da educação infantil. Que a educação infantil possa ser cada vez mais eficaz na transformação dos sujeitos nela envolvidos – alunos, professores, gestores, famílias – podendo torná-los sempre e cada vez mais humanizados e felizes.

É o que esperamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, busquei partir de minhas experiências profissionais, na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, repensando o espaço que hoje a Educação Infantil tem ocupado à luz de sua importância.

Podemos perceber que o referencial bibliográfico – especialmente aquele consultado para esta pesquisa e aqui referido – nos traz considerações de que a Educação Infantil tem seu significado muito maior do que a simples preocupação que a família tem sobre “o local” onde deixar suas crianças, enquanto os pais buscam espaço no mercado de trabalho. No entanto, mesmo os profissionais da área, que buscam o reconhecimento da significativa importância dessa área, estão inseridos numa cultura de pouca valorização desse segmento educacional e eles mesmos têm dificuldade de assumir o real valor de seu papel na educação de crianças pequenas. Percebemos que quanto menor a criança mais insatisfação esse educador carrega em si mesmo.

A luta por busca na melhoria da Educação Infantil começa pelo educador. Afinal, como podemos convencer o poder público e a sociedade da importância da Educação Infantil se o próprio professor, que tem formação específica e sabe de sua real significação, fica descontente por atuar na área?

A instituição escolar espera muito no que diz respeito à participação da família na educação de suas crianças. No entanto, podemos perceber um movimento de desvalorização da família em seus papéis como um todo. Acredito que uma das saídas seria a escola se mostrar capaz de compreender e aceitar as

diferentes formações familiares que hoje se apresentam, dispendo-se inclusive a orientá-los no que diz respeito ao relacionamento com as crianças que freqüentam a escola.

Afinal, a escola não está em um mundo diferente da sociedade e as duas se complementam. A escola tem o poder de transformar a sociedade e o inverso também acontece. Não que essa escola deva assumir a educação de filhos e pais como forma de abarcar mais funções além das que já tem, o que provavelmente não daria conta. Mas, em sendo ESCOLA, deve sim assumir o papel educacional para auxiliar na formação integral dessa criança. Isso é papel da escola sim. E não podemos, como educadores, nos eximir dessa responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vitória Líbia, LOPES, Karina Rizek, MENDES, Roseana Pereira (orgs). Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretária de Educação a Distância, 2005. 32p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 3).

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p.1966, out/dez. 1995.

BRASIL. Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Secretária Municipal de Educação de São Paulo, São Paulo, 15 de Agosto de 2013.

CORTES, Leticia. Creche: do assistencialismo para o pedagógico. <<http://www.webartigos.com/autores/leticiacortes/>> acesso em: 12 de maio de 2012.

DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/diario%2520oficial%2520cidade%2520de%2520s> acesso em: 02 de junho de 2012, p. 40 – 45.

FERREIRA, Claudia Puget. Importância da integração escola-família no processo pedagógico.<<http://br.monografias.com/trabalhos3/integracao-escola-familia/integracao-escola-familia.shtml>> acesso em: 05 de setembro de 2013.

GOULART, Isabelly. A importância da Educação Infantil na Formação do Cidadão Crítico/Reflexivo. < <http://www.pedagogia.com.br/artigos/criticoreflexivo/> > acesso em 07 de agosto de 2013.

IGNACIO SILVA, Sonia Aparecida. Valores em educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

PORTINARI, Cândido Torquato. Portinari – Pintor Brasileiro (Criança; Brincar; Infância) < <http://travesseirosuspensoporfiosdenylon.blogspot.com.br/2011/05/obras-de-portinari-temas-infancia.html> > acesso em 02 de novembro de 2013.

SANTA ROSA, Nereide Schilaro. *Brinquedos e brincadeiras*. São Paulo: Moderna, 2001. – (Coleção Arte e Raízes).

SANTOS, Bruno. Greve de Professores afeta 28% das escolas municipais em SP. <<http://noticias.terra.com.br/educacao/greve-de-professores-afeta-28-das-escolas-municipais-em-sp,b7f4f165856de310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html> > acesso em 15 de outubro de 2013.

SEDIN. Sindicato da Educação Infantil. < <http://www.sedin.com.br/noticia.php?id=593> > acesso em: 14 de maio de 2012.

SILVA, Ana Paula Soares da; SILVA, Juliana Bezzon da; PASUCH, Jaqueline (orgs). **Educação Infantil do Campo**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação: Educação Infantil).

SINPEEM. Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo. < http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=6840&friurl=-20092012---INFORMATIVO-SINPEEM- > acesso em 15 de maio de 2012

SZYMANSKI, Heloisa. A família como lócus educacional: perspectivas para um trabalho psicoeducacional. Revista brasileira de estudos pedagógicos, 2000, v. 81, n. 197, p. 14 – 25.

TERECIANI, Kéthlen Dayane Rodrigues. A relação escola-família no cotidiano da escola de educação infantil: um panorama histórico. <http://www.fc.unesp.br/upload/kethlen_tereciani.pdf> acesso em: 5 de setembro de 2013.

